Tomé Pires

Noel Farinho

José Madeira

Guida Ascensão

Ana Raquel Soudo

João Português

Vasco de Almeida

Os candidatos às câmaras de Serpa e Cuba apresentam-se **págs. 6/7**

Este Diário do Alentejo
VALE €1,20 na bp
Veja como na página 25
Postos BP Beja

Diário do Alentejo

SEXTA-FEIRA, 2 AGOSTO 2013 | Diretor: Paulo Barriga
Ano LXXXII, N.º1632 (II Série) | Preço: € 0,90

Portugal e Espanha com estratégia concertada, em Bruxelas, para a recuperação de "sistema único"

Montado de azinho é metade do que existia em 1985

pág. 11

JOSÉ FERROLHO

Palma: O "condado" que luta pela escola primária
págs. 4/5

Americanos trazem bambu para o Alqueva
pág. 10

CTT "modernizam-se" com bicicletas
pág. 12

Vítor Madeira lidera arbitragem
pág. 19

Os contos do Clube dos Poetas Vivos
pág. 30

Mesas do Castelinho: O renascer de uma cidade

Ao fim de 25 anos, o povoado da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho, perto de Santa Clara-a-Nova, Almodôvar, está à beira de se tornar "visitável". Até ao final do ano deverá estar concluído o projeto de musealização deste sítio arqueológico que contempla um percurso pelo terreno e um centro interpretativo que ficará situado no museu de Santa Clara. Um final feliz para esta longa história. **págs. 16/17**

Memória

Urbanismo Uma organização "pouco conhecida", que se estrutura em três vias, é o que ficará à vista do visitante

Povoado da Idade do Ferro foi destruído na década de 80

Mesas do Castelinho vai finalmente ter percurso de visita

25 anos passados e, finalmente, a dupla de arqueólogos Amílcar Guerra e Carlos Fabião pode dizer que está a um passo de tornar realidade o objetivo último do seu trabalho científico: tornar o povoado de Mesas do Castelinho, cuja ocupação remonta à II Idade do Ferro, num sítio visitável ao público. O projeto de musealização compõem-se de um percurso de visita, no terreno, que deverá estar pronto até ao final do ano, e de um centro interpretativo, que ficará instalado num núcleo museológico já existente na aldeia vizinha de Santa Clara-a-Nova. Num colaboração "exemplar", entre Estado, autarquias, universidade e população local.

Texto **Carla Ferreira** Fotos **José Ferrolho**

Chegados a Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar, não é difícil perceber onde se encontra o exlíbris da terra. Além da sinalética e de um restaurante chamado Mesas do Castelinho, também não há habitante que não saiba o que é e como se lá chega. Na verdade, é logo aqui, seguindo por um caminho de terra batida. À primeira vista a herdade parece um sítio fantasma. O silêncio é quase total e, não fossem alguns carros estacionados junto a uma casa de pedra abandonada, diríamos que não anda por ali vivalma. Um taxista espera pacientemente, à sombra, na sua viatura e logo depois avista-se um casal de turistas japoneses a subir o serro. Estão visivelmente contentes, partilham fotos acabadas de registar com o motorista, que lhes responde em francês. Ao que parece, terão passado pelo Museu da Escrita do Sudoeste, na sede de concelho, e seguido, sem hesitar, mais esta sugestão de visita.

Desde o arranque das escavações, em 1988, que foi sempre objetivo da equipa do projeto, liderada pelos arqueológos Carlos Fabião e Amílcar Guerra, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, além da investigação científica, também a valorização do sítio e a criação de condições para acolhimento de visitantes. Passaram-se 25 anos e muitos dos jovens estudantes de Arqueologia – e foram à volta de 300 – que por ali passaram, no âmbito do componente prática do curso, são hoje já profissionais experientes. Mas só nos próximos meses é que, finalmente, se concretizará o velho plano de tornar o sítio visitável. Um processo atribulado ou "diversificado" como eufemisticamente lhe chama Amílcar Guerra.

O povoado, que terá sido fundado na chamada II Idade do Ferro (século V a.C.), é composto por duas plataformas bem identificáveis na paisagem, e delimitado por taludes que ocultam as antigas fortificações. A área total é de aproximadamente 3, 5 hectares. Porque começou por ser um povoado fortificado, as muralhas funcionaram como muro de retenção de sedimentos, dando origem a uma paisagem artificial, que contrasta com o perfil ondulado dos serros circundantes. Às plataformas, inferior e superior, da herdade do Castelinho, o povo deu o nome de "mesas": a de cima e a de baixo. E assim ficou conhecido o sítio: Mesas do Castelinho.

É na "mesa de baixo" que vamos encontrar a equipa de escavações reunida. Arqueólogos, estudantes, e operários locais da construção civil sentam-se à sombra para uma merenda a meio da manhã. E a dupla Fabião e Guerra aproveita a pausa para contar uma história que começa, ironicamente, com uma destruição. Na transição do ano de 1986 para 1987, um homem adquire uma vasta área de terreno na zona, parte da qual de interesse arqueológico reconhecido, e começa a revolvê-lo com um *bulldozer*, supostamente em busca de algo específico e precioso. A devastadora busca chega aos ouvidos da estação pública de televisão, então a única a emitir, e é preparada uma extensa reportagem que se transmite em horário nobre, num noticiário noturno de domingo. "Apesar de identificado o seu interesse arqueológico, este era uma daqueles sítios que ficaria aqui para o futuro. Não estava ameaçado por nada e não estava previsto que viesse a ser objeto de intervenção", lembra Carlos Fabião. Mas a destruição fez dele "um sítio de romaria" e logo depois a obra foi embargada, tendo o Estado adquirido o terreno e procedido à sua classificação. Dado este passo, como forma de evitar uma perda irreparável, "colocava-se a questão 'então e agora?', muito até por pressão da câmara local", recorda o investigador que, logo depois e a par do colega Amílcar Guerra, foi contactado pelo então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) para assumir a componente científica do projeto. Sendo que ficou claro, desde a primeira hora, que o projeto seria muito mais do que uma investigação científica *tout court*:

Para resumir os 25 anos seguintes ao nível do financiamento do projeto, pode dizer-se que têm sido a Câmara Municipal de Almodôvar e a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova os suportes mais regulares. Da parte da

Numa terra sem particular potencial agrícola nem riqueza mineira que se conheça, só uma hipótese parece fazer sentido para explicar as razões da implantação do povoado. A que diz respeito "ao controle de uma das travessias tradicionais da serra do Caldeirão, que fazia a comunicação entre esta zona do Alentejo e o litoral algarvio", avança o arqueólogo Carlos Fabião.

Casas A utilização de segundos pisos é considerada uma "originalidade" para a época

tutela estatal, o apoio tem-se revelado mais instável. Em 2002, o sítio de Mesas do Castelinho chegou a ser englobado no Plano Operacional para a Cultura, num projeto que previa a preparação do local para acolher visitantes, com respetiva sinalética, e a existência de um centro interpretativo em Santa Clara-a-Nova, a construir de raiz. Estabeleceram-se, entre a câmara local e o Ippar, um conjunto de protocolos para o efeito, mas os planos saíram gorados com a tomada de posse do novo Governo, em 2005, "de uma forma, para nós, até um bocado dramática", confessa Amílcar Guerra, que se mostra satisfeito com a solução agora encontrada e "compatível com aquilo que tinha sido projetado desde o início, com a vantagem de comprometer agora, mais do que nunca, todas as entidades: organismos do Estado, câmara, universidade, entidades e pessoas da própria aldeia de Santa Clara", numa colaboração "não sei se totalmente original mas, pelo menos, com aspetos exemplares".

Segundo Samuel Melro, arqueólogo da Direção Regional de Cultura do Alentejo, à qual o sítio está afeto, e um dos que conheceu o sítio enquanto estudante, confirma que, até ao final deste ano, estará concluído um percurso de visitas no terreno, com a necessária sinalética para que quem chegue, especialista ou não, entenda autónoma e livremente o que ali se mostra. O local não ficará vedado, nem terá horário, porque se acredita que "as pessoas da aldeia, com a relação de identidade e pertença que já estabeleceram com o sítio, serão os seus melhores guardiões". Quanto ao centro interpretativo, prevê-se que venha a ocupar algumas salas do já existente Museu Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro, em Santa Clara-a-Nova, "com peças expostas e uma explicação mais desenvolvida do local". "Será a fase seguinte ao percurso de visita, para o qual têm sido feitas este ano uma série de campanhas de consolidação e de restauro de estruturas", concretiza o arqueólogo.

Mão de obra local É uma opção da equipa, preocupada também com a componente social e económica do seu trabalho

Entre o mundo rural local e o mundo urbano mediterrâneo

Para a arqueologia portuguesa, o grande contributo de que se reveste o sítio de Mesas do Castelinho reside na amplitude da investigação que foi possível fazer num povoado que começa na Idade do Ferro e que continua, depois, "com uma presença muito extensiva do mundo romano da primeira fase, da fase de conquista". Foram feitas escavações em povoados similares, na região, mas não tão extensas e, além disso, o próprio sítio, "pela sua dimensão, é um caso muito significativo", considera Amílcar Guerra. Por tudo isto, é possível dizer-se que se trata de um "sítio de primeira importância" considerando a sua primeira fase de ocupação, ou seja, "a partir do século V a.C. e até ao mundo romano republicano, antes do império". O que, sendo o momento de "maior monumentalidade", continua o arqueólogo, é precisamente o que será tido em conta na valorização do sítio. No terreno, o que ficará à vista é uma "organização urbanística pouco conhecida" que se estrutura em três vias. "Aqui vemos uma rua já muito bem definida e depois outras duas mais ou menos paralelas", aponta Amílcar Guerra, considerando que a possibilidade de "ver, em concreto, aqui as modalidades de construção, as técnicas utilizadas, a utilização de segundos pisos em determinadas casas, numa fase tão precoce" já é algo de "relativamente original".

Quanto aos materiais encontrados, a equipa destaca globalmente a "abundância cerâmica" e, em particular, "o contributo romano na fase de presença inicial", de onde derivam peças menos fáceis de encontrar. Entre os exemplares que podem ser apresentados como emblemas do sítio encontram-se duas figuras em terracota "contrastantes" mas também "complementares": uma cabeça humana representada só nos seus traços essenciais, marca de uma tradição muito local; e uma figura feminina, mais elaborada, que representa uma tradição de escultura do mundo mediterrânico, itálico em concreto. "Um mundo local mais simplificado, mais elementar, por um lado, e, por outro, o mundo urbano e desenvolvido do Mediterrâneo são o que aparece nestas representações que podem ser tomadas como referências", resume o arqueólogo.

Numa terra sem particular potencial agrícola nem riqueza mineira que se conheça, só uma hipótese parece fazer sentido para explicar as razões da implantação do povoado. A que diz respeito "ao controle de uma das travessias tradicionais da serra do Caldeirão, que fazia a comunicação entre esta zona do Alentejo e o litoral algarvio", avança Carlos Fabião, acrescentando que "aparentemente, é a explicação mais consistente, não só para os momentos de apogeu, como também para os de declínio". Isto porque, sempre que aparece enquadrado numa estrutura de poder forte, como é o caso da província romana da Lusitânia, na fase imperial, o povoado vê a sua importância decair. "Os poderes fortes retiram importância a quem controla uma passagem e é este 'jogo' de poder que justifica os altos e baixos do povoado". **CF**